

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 26ª reunião – 25/06/2025 (5ª de 2025)

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE DOCUMENTO?

- **Cronograma da reunião;**
- **Em seguida, o resumo executivo traz informações sobre:**
 - Síntese do histórico e do estágio atual da política estadual de financiamento da educação infantil em Mato Grosso, com ênfase nas ações de retomada das obras iniciadas em 2024 e no andamento do processo seletivo vinculado ao Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT;
 - Contextualização do processo de elaboração e aplicação do questionário diagnóstico da educação especial na perspectiva inclusiva.
- **Seção “Notícias”, com atualizações sobre políticas educacionais, incluindo prazos de adesão, novos programas, ações em curso e dados recém-publicados.**

CRONOGRAMA DA REUNIÃO

Pauta 1: Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches (40 min.)

Objetivo: Apresentar o andamento das ações de acompanhamento da execução das obras de creches selecionadas em 2024, bem como o status atual de submissão de propostas ao Edital de Chamada Pública de 2025, voltado à expansão da educação infantil nos municípios de Mato Grosso.

Apresentação:

- 20 min. - Marcelo de Barros (Seduc-MT); Grupo de Trabalho – Obras

Debates: 20 min.

Pauta 2: Educação Especial na perspectiva inclusiva em Mato Grosso (40 min.)

Objetivo: Apresentar um panorama do processo de aplicação do questionário diagnóstico da educação especial na perspectiva inclusiva e atualizar a governança sobre o andamento do tratamento das informações, com vistas à deliberação dos próximos passos.

Apresentação:

- 20 min. - Cassyra Vuolo (Copec/TCE-MT)

Debates: 20 min.

RESUMO EXECUTIVO

1. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA A EXPANSÃO DE VAGAS EM CRECHES

O Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) tem exercido papel central na consolidação de uma política pública permanente voltada ao financiamento da educação infantil, com prioridade para a criação de novas vagas em creches. Essa política foi institucionalizada com a criação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (FMTE), instituído pela Lei nº 12.431, de 5 de fevereiro de 2024¹, e regulamentado pelo Decreto nº 975, de 23 de agosto de 2024².

No âmbito da política estadual de expansão da educação infantil, 2024 foi voltado à retomada de obras paralisadas, com a destinação de R\$ 20.978.730,06 do FMTE para 15 creches em 13 municípios.

Para apoiar a execução dos investimentos contratados em 2024, o Gaepe-MT mantém interlocução direta com os 13 municípios contemplados, monitorando o avanço das obras e atualizando periodicamente a governança com informações estratégicas. Nesse processo, destaca-se a atuação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras do Gaepe-MT — constituído pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Instituto Articule, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), seccional de Mato Grosso da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-MT) e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) —, responsável por articular os diferentes atores institucionais, propor soluções para os entraves operacionais e qualificar o diálogo entre Estado e municípios.

Como parte dessas ações, o Grupo de Trabalho de Obras do Gaepe-MT realizou, no dia 13 de junho de 2025, uma reunião técnica com representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A agenda foi organizada a partir de demanda apresentada pela AMM, em razão de dúvidas operacionais e de insegurança jurídica relatadas pela Secretaria Municipal de Educação de Mirassol D'Oeste quanto à execução dos recursos públicos transferidos para a obra de creche em curso no município.

¹ <https://drive.google.com/file/d/11uGQTIUPJSg2mSgo6zB2Fpazz6HY5u9m/view?usp=sharing>

² <https://drive.google.com/file/d/1bg6eWNTjUqR7s8IsqTtOms35cdwn2t19/view?usp=sharing>

A partir da situação apresentada por Mirassol D'Oeste e de casos semelhantes já discutidos no âmbito do Gaepe-MT, identificou-se a necessidade de intensificar o suporte às gestões locais envolvidas na execução das obras selecionadas em 2024, diante de entraves operacionais e riscos de responsabilização decorrentes de interpretações divergentes sobre a utilização dos recursos.

Como encaminhamento, foi pactuado o levantamento de informações sobre as obras dos municípios contemplados, reunindo o número de identificação (ID), a situação da obra e as dúvidas específicas de cada gestão. Esse mapeamento tem por finalidade subsidiar a organização de reuniões individualizadas entre o FNDE e os municípios, voltadas ao alinhamento técnico, ao esclarecimento de pendências e à superação de entraves. Esses encontros contribuirão para aprofundar o diagnóstico sobre os principais desafios enfrentados e fortalecer a atuação articulada da governança, promovendo maior segurança jurídica na aplicação dos recursos públicos vinculados à política de expansão da educação infantil em Mato Grosso.

Em 2025, a política avança com uma nova etapa de execução, marcada pelo lançamento do Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT³, voltado à retomada de obras paralisadas e à construção de novas unidades de creche, com aporte de R\$ 40 milhões como parte do investimento total de R\$ 120 milhões previsto até 2027. O edital foi elaborado com a participação ativa do Gaepe-MT, que contribuiu com sugestões para o aprimoramento dos critérios de seleção, visando maior equidade na distribuição dos recursos e melhor viabilidade técnica das propostas.

Após seu lançamento, o processo passou por ajustes com a publicação do Edital Retificador nº 02⁴, de 17 de junho de 2025, que flexibilizou as exigências para apresentação da documentação técnica, permitindo que os municípios se comprometam com a adoção do projeto padrão da AMM e apresentem os documentos complementares posteriormente. A medida teve como objetivo ampliar a participação dos entes locais, reduzir barreiras operacionais e garantir maior acessibilidade ao financiamento, sobretudo para municípios com menor capacidade técnica instalada.

Com a abertura do processo seletivo, o Gaepe-MT passou a acompanhar as etapas do edital, prestando apoio técnico direto às gestões interessadas por meio do Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras, com atuação destacada da Seduc-MT e da AMM na

³ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18447#/p:15/e:18447?find=Creches>

⁴ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18513/#/p:31/e:18513>

mobilização e orientação dos municípios. Esse acompanhamento tem como foco promover o alinhamento entre os entes envolvidos e apoiar os municípios na organização dos procedimentos operacionais necessários à submissão das propostas, cujo prazo se encerra em 16 de julho de 2025, conforme estabelecido no cronograma do edital.

Na 26ª reunião ordinária do Gaepe-MT, agendada para 25 de junho de 2025, será apresentada uma atualização sobre o andamento das ações de acompanhamento da execução das obras de creches contratadas em 2024, bem como o status atual de submissão de propostas ao Edital de Chamada Pública de 2025, voltado à expansão da educação infantil nos municípios de Mato Grosso. Essas informações subsidiarão a definição de estratégias de apoio do Gaepe-MT.

2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM MATO GROSSO

A educação especial na perspectiva inclusiva constitui uma abordagem orientada pela garantia do direito de todas e todos à educação, estruturada na superação de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais que restringem o acesso, a permanência e o desenvolvimento de estudantes com deficiência.

A evolução normativa no Brasil e no cenário internacional tem contribuído para o reconhecimento progressivo do direito à educação inclusiva. No entanto, sua consolidação ainda enfrenta tensões conceituais e disputas político-institucionais sobre os caminhos de sua efetivação. A presença simultânea de modelos distintos de atendimento, a persistência de práticas e estruturas segregadoras e a fragilidade na implementação de políticas públicas comprometem a construção de sistemas educacionais que sejam, de fato, inclusivos e equitativos.

No contexto mato-grossense, embora tenham sido implementadas ações relevantes — como a criação do Índice de Educação Inclusiva e a instituição do Centro Estadual de Educação Inclusiva (CEEI) —, permanecem entraves significativos relacionados à infraestrutura, à formação docente e à organização do atendimento educacional especializado. Esses desafios estão evidenciados por dados sistematizados no [Painel de Indicadores da Educação Especial](#), elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar e das informações da Sinopse Estatística do MEC/Inep.

Com o objetivo de aprofundar o diagnóstico da situação nos municípios, o Gaepe-MT deliberou pela construção de um instrumento voltado à coleta de informações junto às redes locais, abrangendo temas como matrículas, atuação dos profissionais de apoio, estruturação do AEE, condições de acessibilidade, estratégias de busca ativa e formação continuada.

O questionário foi desenvolvido de forma colaborativa no âmbito da governança e lançado oficialmente no dia 10 de abril de 2025 pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Copec/TCE-MT), por meio de sua plataforma eletrônica.

Encaminhado às redes municipais de ensino, o instrumento teve seu período de resposta encerrado no dia 31 de maio de 2025, e encontra-se em fase de tratamento e organização das informações recebidas.

Na 26ª reunião ordinária do Gaepe-MT, será apresentado um panorama do processo de aplicação do questionário diagnóstico da educação especial na perspectiva inclusiva, com atualização sobre o estágio atual de sistematização das respostas enviadas pelos municípios.

A partir desse balanço, a governança deliberará sobre os próximos passos necessários para qualificar a análise dos dados e orientar estratégias de fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão educacional no estado de Mato Grosso.

NOTÍCIAS

BRASIL TEVE 42 ATAQUES A ESCOLAS DESDE 2001, A MAIORIA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS: Levantamento da Unesp e Unicamp aponta que 64% dos 42 ataques registrados desde 2001 ocorreram após março de 2022. Em 2022 foram 10 casos, em 2023 subiu para 12, e em 2024 caiu para 5. A maioria dos autores tinha menos de 18 anos e usava arma de fogo. Ataques ativos (sem alvo definido) representam 78% dos casos. São Paulo lidera em ocorrências.

[Link para a notícia](#)

EDUCAÇÃO E BANCO CENTRAL FICAM FORA DOS CORTES NO ORÇAMENTO 2025: Decreto publicado em 30 de maio detalha o congelamento de R\$ 31,3 bilhões, atingindo principalmente os ministérios das Cidades, Defesa e Saúde. A Educação foi preservada e terá recomposição de R\$ 700 milhões, incluindo R\$ 400 milhões para universidades e institutos federais. Os ministérios têm até 6 de junho para definir os programas que sofrerão os bloqueios.

[Link para a notícia](#)

ENADE 2025 TERÁ PROVAS EM OUTUBRO E NOVEMBRO: O Inep divulgou o edital do Enade 2025, que avaliará cursos de graduação em três datas: 19/10 (medicina), 26/10 (licenciaturas) e 23/11 (bacharelados e tecnólogos). A prova é obrigatória para concluintes com percentual mínimo de carga horária já cumprido. O edital também traz regras para o novo Enamed (avaliação da formação médica), que poderá ser usado no processo seletivo do Enare.

[Link para a notícia](#)

MEC RETOMA PROFUNCIÓNÁRIO COM 3,5 MIL VAGAS E INVESTIMENTO DE R\$ 21 MILHÕES: O Ministério da Educação reativou o Profunçãoário, programa que oferece cursos técnicos a distância para profissionais de apoio da educação básica. Serão 3.500 vagas nas áreas de secretaria, alimentação, multimeios e infraestrutura escolar. A iniciativa é financiada pelo Pronatec e coordenada pela Setec/MEC em parceria com redes públicas.

[Link para a notícia](#)

ESCOLAS SEM ESTRUTURA BÁSICA SÃO FISCALIZADAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE: Em ação nacional, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos estão visitando escolas públicas sem água potável, esgoto ou banheiros. Mais de 647 mil alunos estão em unidades sem água potável, segundo o Censo Escolar 2024. A iniciativa faz parte do projeto *Sede de Aprender*, que promove diagnósticos padronizados e propõe melhorias estruturais.

[Link para a notícia](#)

UM TERÇO DOS MUNICÍPIOS TEM BAIXO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO: Segundo estudo da Firjan, 32,5% dos municípios brasileiros ainda estão em faixa de baixo desenvolvimento educacional e 4,1% em situação crítica. Nesses, 57% das turmas do Ensino Fundamental são lecionadas por professores sem formação adequada e apenas 19% das crianças até 3 anos estão em creches. A distorção idade-série atinge 40% dos alunos do Ensino Médio nesses municípios.

[Link para a notícia](#)

ESTUDO APONTA NECESSIDADE DE R\$ 61,3 BI A MAIS PARA QUALIDADE MÍNIMA NAS ESCOLAS: Segundo a Fineduca e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, seriam necessários R\$ 61,3 bilhões adicionais em 2025 para garantir o padrão mínimo de qualidade nas escolas públicas, conforme o indicador CAQi. Apesar disso, o governo federal avalia travar a ampliação do complemento da União ao Fundeb, que deveria subir de 21% para 23%. O estudo aponta que 86% dos municípios não atingem o financiamento mínimo e que os recursos beneficiariam especialmente as regiões Nordeste (55,7%) e Norte (14,3%).

[Link para a notícia](#)

PROJETO INCLUI PIBID EM LEI E PROÍBE CORTES EM BOLSAS PARA PROFESSORES: A Comissão de Educação da Câmara aprovou a proposta que transforma o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) em lei, garantindo estabilidade jurídica e proibindo o contingenciamento ou interrupção das bolsas. O programa oferece bolsas a estudantes de licenciatura para atuarem em escolas públicas, com foco também na educação do campo, quilombola, indígena, especial e bilíngue. O texto segue para análise nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

[Link para a notícia](#)

MP INCLUI PÉ-DE-MEIA NO CÁLCULO DO MÍNIMO DE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO: O governo Lula editou uma medida provisória que inclui os gastos do programa Pé-de-Meia no cálculo do piso constitucional de investimentos em educação, o que abre espaço fiscal, mas pode reduzir recursos para outras ações do MEC. A medida não altera o

Fundeb, que mantém a complementação da União em 21% este ano e 23% em 2026. A MP permite ainda que estados financiem programas semelhantes ao Pé-de-Meia com recursos do Fundeb. Educadores criticam a medida, apontando risco de prejuízo para áreas como alfabetização e ensino integral.

[Link para a notícia](#)

PRAZO DO PROGRAMA ESCOLA QUE PROTEGE (PROEP) É PRORROGADO ATÉ 25/06:

O Ministério da Educação ampliou até 25 de junho o prazo para que municípios façam adesão ao Programa Escola que Protege (ProEP), pelo Simec. A iniciativa busca apoiar redes de ensino na prevenção e enfrentamento das violências escolares, promovendo ambientes seguros e inclusivos. O ProEP oferece apoio técnico e financeiro, formação continuada e materiais pedagógicos. A adesão é voluntária, mas essencial para acessar as ações do programa, que integra o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave).

[Link para a notícia](#)

ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS AUMENTAM PRESENÇA NAS UNIVERSIDADES:

Segundo a Pnad Educação 2024, do IBGE, 72,6% dos estudantes de graduação fizeram o ensino médio integralmente em escolas públicas, frente a 67,8% em 2016. Na pós-graduação, esse percentual subiu de 52,2% para 59,3%. O avanço é atribuído a políticas como cotas, ProUni e Fies. A média de anos de estudo no país passou de 9,1 em 2016 para 10,1 em 2024, com destaque para o aumento entre a população negra (de 8,1 para 9,4 anos). A proporção de jovens que não estudam nem trabalham caiu de 22,4% em 2019 para 18,5% em 2024.

[Link para a notícia](#)

PDDE EQUIDADE (ADESÃO ATÉ 25 DE JUNHO) - EVENTO FAZ TUTORIAL PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS:

O MEC realizou no dia 17 de junho, às 14h, um webinar para orientar gestores sobre a adesão ao PDDE Equidade e como resolver pendências que impedem o repasse de recursos. A transmissão será pelo canal do MEC no YouTube. O evento apresentará a nova funcionalidade do PDDE Info para solucionar suspensões e esclarecer dúvidas. O PDDE Equidade oferece recursos suplementares para escolas que atendem populações em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a equidade educacional.

[Link para a notícia](#)

RECURSOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: Municípios e o DF podem solicitar apoio financeiro do MEC para novas turmas e estabelecimentos de educação infantil, até que sejam contabilizados no Fundeb. O pedido deve ser feito no Simec, módulo E.I. Manutenção, até o início do recebimento pelo Fundeb. O repasse é em parcela única, conforme valor aluno do Fundeb.

[Link para a notícia](#)

RETROCESSOS E DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA: Estudo do Todos Pela Educação (2003-2023) mostra que a aprendizagem na rede pública ainda não voltou aos níveis pré-pandemia, com aumento das desigualdades, principalmente raciais e socioeconômicas. O desempenho em Língua Portuguesa e Matemática segue abaixo de 2019, especialmente no 9º ano do Ensino Fundamental. O relatório alerta para a urgência de políticas públicas robustas, com foco na superação das defasagens e na equidade racial e social.

[Link para o relatório](#)

MINISTRO DEFENDE MUDANÇAS NO FUNDEB, MAS REJEITA CORTES: O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que defende mudanças no Fundeb, para que parte dos repasses da União seja vinculada ao desempenho das redes no Ideb, e não apenas ao número de alunos. Apesar disso, ele se declarou contrário às propostas da Fazenda de congelar o percentual de complementação da União (atualmente em 21%, previsto para subir a 23% em 2026). Santana reforçou que é necessário investir mais, mas também garantir melhoria na qualidade da aprendizagem.

[Link para a notícia](#)

BRASIL FALHA EM CUMPRIR METAS DO PNE, MOSTRA IBGE: O país não alcançou metas do PNE, como creches (39,8%, meta de 50%) e ensino médio (93,4%, abaixo da universalização). No ensino superior, só 31,2% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados. Dados revelam também forte desigualdade racial no acesso.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
José Mauricio Avilla Carvalho
Willer Moravia**